

CENTRO PAULA SOUZA

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SÃO MATEUS
TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

Análise Da Construção de Hábitos Alimentares em Lares Adotivos

Lívia Catarina Ricino Venturini

Luciana Almeida Zingareli

Sabrina Vaz da Silva

Thabita Victoria Santos Ferreira Caldeira

Vitória Kézia Franca Macedo

Yasmin Costa Bertolo Pereira

Resumo:

Este estudo objetivou analisar e compreender a construção de hábitos alimentares de crianças brasileiras em lares adotivos. Visto que a existência da família é essencial ao processo de desenvolvimento psíquico do indivíduo, a influência do ambiente sócio – familiar tem um papel extremamente importante na saúde das pessoas, e em especial nas crianças em fase de desenvolvimento. Na primeira infância, a construção de hábitos alimentares possui fatores interrelacionados no comportamento infantil e que pode perdurar durante toda a vida. Por isso, reconhece-se que uma alimentação saudável durante a infância é extremamente benéfica. Por meio de estudos acadêmicos e pesquisas em campo, utilizando-se de um estudo transversal exploratório através de um questionário autoaplicável de nove perguntas fechadas, direcionadas aos responsáveis das crianças, o trabalho alcançou seus objetivos gerais e específicos de conhecer e compreender a realidade das crianças em lares adotivos no estado de São Paulo. Em geral os resultados foram positivos, as crianças possuem uma alimentação regrada e com acompanhamento de médicos especialistas, no entanto também são livres para escolher seus alimentos sem nenhuma imposição. Por fim, foi abordado também a importância da Nutrição Comportamental na sociedade atual, e como os alimentos influenciam além da saúde física.

Palavras-chave: Hábitos Alimentares. Lares Adotivos. Crianças. Educação Nutricional. Informação. Doações.

This study aimed to analyze and understand the construction of eating habits of Brazilian children in foster homes. Since the existence of the family is essential to the individual's psychic development process, the influence of the socio-family environment plays an extremely important role in people's health, and especially in children in the development phase. In early childhood, the construction of eating habits has interrelated factors in child behavior that can last throughout life. Therefore, it is recognized that a healthy diet during childhood is extremely beneficial. Through academic studies and field research, using an exploratory cross-sectional study through a self-administered questionnaire with nine closed questions, directed at those responsible for the children, the work achieved its general and specific objectives of knowing and understanding the reality of children in foster homes in the state of São Paulo. In general, the results were positive, the children have a regulated diet and are monitored by specialist doctors, however they are also free to choose their food without any imposition. Finally, the importance of Behavioral Nutrition in today's society was also addressed, and how food influences beyond physical health.

Keywords: Eating Habits. Adoptive Homes. Children. Nutritional Education. Information. Donations.

Introdução:

A existência da família é essencial ao processo de desenvolvimento psíquico do indivíduo (LACAN, 2002). Segundo Tepedino (1999, p. 341), para que se possa denominar um grupo de pessoas uma família faz-se necessária a presença de, ao menos dois requisitos: 1 afetividade e 2 estabilidade. Sendo assim, é consensual que a saúde não depende exclusivamente da prestação de cuidados.

A influência do ambiente sócio - familiar, biofísico e ecológico tem um papel determinante no estado de saúde da população em geral e particularmente na saúde das crianças. (DGS, 2005). Reconhece-se, hoje, que uma alimentação saudável durante a infância é duplamente benéfica, pois, por um lado, facilita o desenvolvimento intelectual e o crescimento adequado para a idade, e, por outro, previne uma série de patologias relacionadas com uma alimentação incorreta e desequilibrada, como a anemia, obesidade, desnutrição, caries dentárias, atraso de crescimento, entre outras (Rego, et Al., 2004)

O jurista e filósofo brasileiro Clóvis Beviláqua (1859-1944) define a adoção como “o ato civil pelo qual alguém aceita um estranho na qualidade de filho”. O intelectual e jurista, Weber (1999), referência a adoção nos diferentes períodos históricos. Durante o período da antiguidade, ocorria com a intencionalidade de manter o sobrenome de famílias que já não possuíam descendentes. Enquanto na idade média, em que se tinha como principal organização social e econômica o feudalismo, com grande influência da igreja católica, as adoções passaram a não serem aceitas,

permitindo que os pais só possuíssem filhos de sangue. A França foi responsável por fazer a adoção renascer, no período da Idade Moderna, que regulamentou o Código Napoleão, pois não tinha filhos e necessitava de um sucessor.

Na contemporaneidade, o período que uma pessoa permanece sem-teto é mais longo em indivíduos que estavam em um orfanato (Roman, 1995). Crianças adotivas possuem maiores tendências de desenvolverem transtornos alimentares, um estudo feito no Reino Unido, aponta que 35% dos filhos adotivos experimentaram um aumento no Índice de Massa Corporal (IMC) uma vez sob cuidados, (Preece, 2008). Há uma queda expressiva, no número de adoções nos últimos anos pelo impacto do cenário pandêmico, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no primeiro trimestre de 2019 foram realizadas 673 adoções no país. No mesmo período de 2020, o número foi de 683. Já em 2021, caiu para 289.

A alimentação constitui uma das atividades humanas mais importantes, envolvendo não só a questão biológica ou nutricionais, mas também psicossociais. Apresenta-se como um ato social, culturalmente constituindo, a partir do qual cada indivíduo estabelece uma relação própria e subjetiva com os alimentos a serem consumidos, onde a escolha e acessibilidade aos alimentos interfere no estilo de vida. A alimentação vai além da sua importância nutricional, sendo um processo de construção socioafetiva na infância. As reações despertadas com a alimentação envolvem, além do que é sensorial, as emoções e os afetos que habitam o mundo subjetivo (Bleil, 1998). Desenvolver um hábito saudável, levando em consideração o contexto ao qual está inserido, é um ato de educação.

Os hábitos alimentares são construídos durante toda a vida, em especial na primeira infância onde todo o apoio é necessário para a introdução de uma boa alimentação para a criança. Dos fatores interrelacionados na aquisição do comportamento alimentar infantil, ressaltam-se os psicossociais, responsáveis pela transmissão da cultura alimentar e aqui examinados sob a perspectiva familiar (Ramos, 2000, p. 230). Em lares adotivos há a ausência desta perspectiva familiar, visto que as crianças não possuem um lar fixo ou totalmente estruturado, é necessário uma adaptação para poder introduzir os hábitos alimentares adequados.

Cyrułnik (2005) usa o termo tutores de resiliência para designar os tutores afetivos e promotores de desenvolvimento. É função dos abrigos, quando a família não tem condições de ficar com seus filhos, oferecer proteção, acolhimento, colocar-se como um espaço para que os institucionalizados possam se desenvolver plenamente, encontrando um suporte adequado ao desenvolvimento bio-psico-social

(Marin, 1999) e da alimentação.

Ao longo dos anos, cada vez mais os casos de crianças e jovens em lares adotivos é invisibilizado pela sociedade. É possível ver o reflexo do contexto sensível no qual a criança encontra-se através de seus hábitos alimentares. Situação esta que pode desencadear, ou não, distúrbios e/ou dificuldades futuramente.

Analisar como os lares adotivos lidam com a alimentação na primeira infância é de suma importância. Criação de hábitos alimentares, preferências e gostos são formados nessa idade, o apoio e acompanhamento nutricional, por profissionais capacitados são primordiais. De acordo com um estudo feito no Reino Unido, 35% dos filhos adotivos tinham um aumento no índice de massa corporal (IMC). Concluiu-se que era um padrão de alimentação excessiva e de aquisição de alimentos e comportamentos de manutenção sem obesidade concomitante, é possível que essa síndrome tenham desencadeado pelo estresse ao qual toda a situação em que as crianças estão inseridas.

O Técnico em Nutrição e Dietética pode auxiliar e trazer mais acessibilidade à informação, compartilhando seus conhecimentos nutricionais e alimentares por meio da educação nutricional. Pode também fazer recomendações de cardápio para os funcionários aplicarem em determinado lar adotivo ou outras instituições, criar e aplicar atividades práticas com as crianças, realizar avaliações nutricionais, caso sejam necessárias, e trazer visibilidade da situação que muitos lares adotivos brasileiros vêm sofrendo, principalmente com o atual contexto da pandemia da Covid- 19: falta de doações.

Objetivos:

Objetivo Geral: Compreender os hábitos alimentares de crianças brasileiras em lares adotivos.

Objetivos Específicos:

Pesquisar como é a realidade em lares adotivos.

Analisar a rotina alimentar das crianças.

Conscientizar os responsáveis legais do lar sobre possíveis equívocos alimentares.

Criar hábitos saudáveis através de dinâmicas.

Fornecer doações.

Visibilizar a importância dos cuidados alimentares nas crianças em lares adotivos na sociedade.

Influência da alimentação ao completar a maior idade.

Consequências psicológicas e físicas a longo prazo.

Metodologia:

Tipo de estudo: Estudo transversal exploratório utilizando uma amostra de conveniência. Revisão bibliográfica – é feita a partir de livros e artigos científicos, obtidos nas plataformas de busca acadêmica Google Acadêmico. Por meio dos seguintes termos: Hábitos alimentares, lares adotivos, crianças, educação nutricional, informações, doações.

População alvo: instituições que abrigam crianças em situação de vulnerabilidade (lares adotivos).

Amostra: 2 instituições infantis localizados no Estado de São Paulo.

Crerios de Inclusão: Foram incluídos no estudo instituições que abrigam crianças de 0 – 6 anos que aceitaram o termo de consentimento.

Crerios de Exclusão: Foram excluídos o público que não corresponde a faixa etária escolhida e voluntários que não aceitaram o termo de consentimento.

Aspectos éticos - Foi feito todo esclarecimento necessário aos participantes sobre o trabalho e seu objetivo e os que concordaram em fazer parte da pesquisa assinaram um termo de consentimento que continha na visita de pesquisa de campo. Os participantes poderiam deixar de participar do estudo em qualquer momento e lhe foi garantido o sigilo das informações dos dados.

Instrumentos Utilizados: Questionário autoaplicável contendo 9 perguntas fechadas

que foram feitas presencialmente para as responsáveis dos locais visitados.

Análise dos dados: Os dados foram analisados e apresentados sob a forma de gráficos e tabelas.

Devolutiva: Caderno de colorir com imagens de alimentos e atividade interativa.

Desenvolvimento:

O que é um Lar Adotivo e o contexto da inserção da criança.

O lar adotivo tem seus primeiros aparecimentos nos escritos bíblicos (Silva, 2004) além disso há estudos que mostram práticas similares a adoção nas civilizações do Egito e Grécia antiga, essas práticas eram entendidas como política. Por muito tempo crianças e adolescentes nesta situação foram abandonados as margens da sociedade, o que ainda é presente nos dias atuais um levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes (Silva,2004) encontrou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 abrigos pesquisados no Brasil, sendo na sua maioria meninos entre as idades de 7 a 15 anos, negros e pobres. Os dados amostraram ainda que 87% das crianças e adolescentes abrigados tem família, sendo que 58% mantém vínculo com seus familiares.

Nas acepções mais comuns, o termo abrigo é definido como Asilo, esconderijo, recanto, albergue, refúgio, moradia, ninho ou Acolhida. Nessas definições, se faz presente a noção de recolhimento, confinamento e isolamento social. No caso específico dos Abrigos infantis, sua presença na história remete quase sempre à Intenção política de afastar do olhar público aquilo que atenta contra a ordem social e a dignidade humana – o abandono de crianças e os maus-tratos na família (Cavalcante, et Al 2007). O abrigo funciona como instrumento da política social onde oferece assistência às crianças que se encontram sem os meios necessários à sobrevivência ou quando os responsáveis tem a incapacidade para cumprir com as obrigações.

O Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA) afirma que na impossibilidade de permanência na família natural, considerando todas as situações, a criança e o adolescente deve ser colocada sob adoção, tutela ou guarda. Segundo (CAVALVANTE, et Al 2007) é necessário a afetividade com as crianças para a recuperação da dignidade humana. Por isso a mudança no ECA foi feita para garantir que as crianças, nesta

situação de vulnerabilidade, tivessem seus direitos garantidos.

O regime de abrigo para crianças e adolescentes é uma política de atendimento complexa que envolve múltiplos conceitos que se relacionam profundamente. A família e a convivência familiar e comunitária e os abrigos na condição de "terceiro setor" integram a discussão no âmbito social sobre abrigamento de crianças e adolescentes. Atualmente, o Brasil dispõe de diversos mecanismos e instituições legais que reconhecem crianças e adolescentes como sujeitos de direito, tais como a Constituição de 1988, a Lei N° 8,069 de 1990 (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), O Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar Comunitária (PNCFC), a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB) e o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (COMANDA) entre outros (ANDRADE, 2007).

Crianças e adolescentes que estão em fase de formação e necessitam de cuidado especial diante da sua condição de pessoa em desenvolvimento. É na família e na comunidade que se crianças e adolescentes irão encontrar um ambiente adequado a educação, lazer, alimentação, moradia e saúde em meio a uma relação de afeto e carinho. Os abrigos precisam criar condições adequadas para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, prezando pela continuidade da convivência familiar, quando não impedida por ação judicial.

Tendo em vista que a família é fundamental no desenvolvimento da criança, os lares devem se assemelhar ao máximo ao ambiente familiar, zelando pela afetividade e a construção de bons hábitos, não só alimentares, pois isso afeta sua relação com outros indivíduos. É perceptível que o ambiente familiar impacta diretamente a alimentação das crianças desde o momento de sua geração, no entanto deve ser levado em consideração o hábito alimentar dos pais que irão ditar a forma que a criança se relacionará com determinados alimentos.

O desenvolvimento da preferência alimentar já se inicia no útero, pois ali o feto tem contato com o líquido amniótico que influencia precocemente o registro de sabores (FERRARI,2012), com isso, a alimentação da então gestante é de grande importância, pois é onde o feto terá seu primeiro contato, mesmo que indiretamente, com o sabor dos alimentos.

Com o nascimento do bebê a amamentação deve ser estimulada, porém o desmame precoce tem sido um fator predominante na descontinuidade do aleitamento materno nas últimas décadas (FERRARI,2012). O aleitamento materno está fortemente associado desenvolvimento do sistema imunológico, levando em consideração que os

nutrientes necessários para o desenvolvimento das crianças estarão no mesmo. O desmame precoce pode ocorrer por diversos motivos sendo eles a produção deficitária de leite, a extensa carga horária de trabalho que impede esse processo ou até mesmo a institucionalização da mãe ou da criança.

A maioria das crianças formam seu hábito alimentar quando ocorre a troca do leite por alimentos complementares, assim, deve - se oferecer preferencialmente alimentos in natura ricos em nutrientes e com baixo teor de gorduras, açúcares e sódio. Chegando a fase escolar a criança começa a entrar em contato com outras rotinas de alimentação, o que a fará decidir se irá ou não seguir os hábitos alimentares da sua família, sendo assim, os seus responsáveis devem receber orientações de profissionais desde o nascimento da criança.

Muita criança tem medo de experimentar novos alimentos, esse medo se chama neofobia alimentar, comum entre crianças entre um e sete anos (FERRARI, 2012), a lembrança do alimento e as recordações que eles trazem influenciam na forma que a criança irá aceita – lo. No entanto, o momento da alimentação deve ser calmo e didático para que a criança crie boas lembranças e ao ver o alimento assemelhe a bons momentos, fazendo com que tenha mais interesse em consumi – lo. O momento da alimentação não deve ser somente focado na ingestão dos nutrientes necessários, mas também na criação de laços entre as pessoas participantes da refeição.

Influências da Alimentação na Primeira Infância

É nítida a importância de uma boa alimentação durante a primeira infância, que consiste em uma das fases mais decisivas no quesito preferências e desgostos alimentares, além da formação de seus hábitos. A formação do paladar das crianças possui componente genético e ambiental/social, que pode influenciar precocemente o padrão de alimentação que a criança irá reproduzir no transcorrer dos anos. (ARAÚJO, et al, 2021). Os alimentos possuem forte influência na formação de laços emocionais das crianças e são levados para toda a vida como citado anteriormente. Há uma extrema importância dos profissionais da saúde no acompanhamento de famílias e aconselhamento para a boa alimentação nos primeiros estágios de vida dos seus filhos de forma que destaque a influência positiva do aleitamento materno e desencorajamento da introdução de outros tipos de alimentos, bem como a forma correta de incluir a alimentação complementar (FREITAS, et al, 2020).

Alguns fatores determinantes do consumo alimentar de crianças de uma entidade são: a filosofia da instituição, a cultura regional e local, a política e o orçamento, as necessidades nutricionais do grupo, o custo dos alimentos, o conhecimento e a percepção dos educadores, a supervisão técnica, a variedade e a qualidade do cardápio, e o ambiente e as interações ocorridas no refeitório. (HOLLAND, et al, 1999). Desta maneira, fica claro que são diversos os fatores de um lar adotivo que influenciam na alimentação das crianças que ali vivem, resultando em possíveis distúrbios futuros ou em uma vida saudável.

Tendo em vista que um hábito alimentar saudável é influenciado por diversos fatores, principalmente a convivência social, faz-se necessário dar visibilidade para crianças que vivem em lares adotivos, sem a presença de uma figura materna ou paterna, assim como muitas vezes também com a falta dos hábitos alimentares, alguns aspectos da dinâmica do atendimento nos abrigos devem ser modificados para romper certas práticas, como a pouca consideração da dimensão educativa de atividades de rotina como as refeições, valorizando-as mais (BAZON e BIASOLI-ALVES, 2000).

Levando em consideração que uma boa alimentação é influenciada pela convivência social da criança, assim como a presença de seus pais ou responsáveis, uma pesquisa feita no Reino Unido aponta que as crianças adotivas apresentam risco aumentado de uma variedade de transtornos alimentares em comparação com a população em geral, 35% dos filhos adotivos experimentaram um aumento no Índice de Massa Corporal (IMC) uma vez sob cuidados (HADFIELD, Preece, 2008).

Consequências ao longo prazo no ambiente adotivo.

O indivíduo inserido no contexto de um lar adotivo que acolhe crianças e adolescentes abandonados ou negligenciados, está vulnerável às experiências estressantes e traumáticas, as quais têm consequências negativas de longo prazo para o desenvolvimento do cérebro, pois não experimentaram ambientes estáveis e estimulantes para ajudar a promover esse crescimento necessário (Desenvolvimento e saúde no início do cérebro), além de terem níveis elevados de cortisol, um hormônio do estresse, em comparação com crianças criadas por seus pais biológicos. Níveis elevados de cortisol podem comprometer o sistema imunológico. (HARDEN, 2004). Sendo um fator importante no desenvolvimento de risco de obesidade e outras doenças metabólicas. O estresse incontrolável muda os padrões de alimentação e o consumo de alimentos hiper palatáveis; com o tempo, isso poderia levar a mudanças na carga

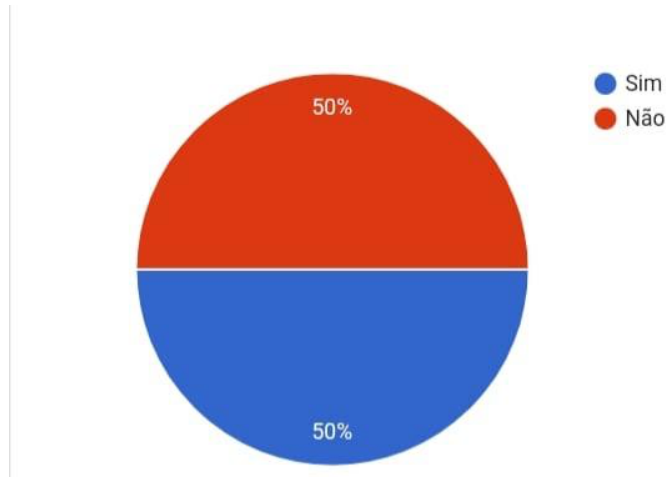
alostática e desencadear adaptações neurobiológicas que promovem um comportamento cada vez mais compulsivo. (MATOS, et al, 2021).

Em uma pesquisa conduzida na Universidade de Minnesota, os pesquisadores descobriram que crianças colocadas em lares não parentais, como lares adotivos, mostraram problemas de comportamento significativos e níveis mais elevados de problemas de internalização em comparação com crianças em famílias tradicionais e até mesmo crianças que foram maltratadas pelos cuidadores. (DIAS, 2013).

A maior parte dos lares adotivos na cidade de São Paulo, segundo o Núcleo da Criança e do Adolescente, 2004, não possui ligação com órgãos governamentais, são na maioria de origens filantrópicas. Tal condição, impacta diretamente na alimentação pela dependência de doações, além de que cada instituição desenvolve suas próprias regras de funcionamento conforme sua filosofia de trabalho. (HOLLAND, et al, 2006). Uma alta preocupação dos organizadores dos lares filantrópicos, é com os adolescentes que atingem a maioridade e não são adotados. Uma em cada 10 crianças adotivas permanece em orfanatos por mais de sete anos, e a cada ano cerca de 15.000 atingem a maioridade e deixam orfanatos sem internação permanente família, onde muitos se tornam em situação de rua. (DUDLEY, 2003).

Resultados e discussões:

Realização de refeições em grupo:



O gráfico acima demonstra a forma a qual os locais visitados realizam o momento da refeição sendo em grupo (todas as pessoas que residem/frequentam o local) ou não. Um dos locais visitados juntava todas as crianças durante o horário de alimentação enquanto o outro fazia por faixa etária.

Em seu artigo, Holland (2004) citou que em uma instituição que abrigava crianças, em 1986, já haviam vários pequenos refeitórios no berçário, com mesinhas para as crianças comerem, e cerca de 200 crianças de 3 a 6 anos, comiam todas juntas em um grande refeitório, um lugar absolutamente ruidoso, onde os pratos eram feitos, as crianças batiam na mesa com a colher e as atendentes gritavam. Comparando com o gráfico, podemos ver que metade das instituições ainda realiza suas refeições em grupo, já a outra metade, não mais.

Colaboradores que possuem especialização ou treinamento sobre boas práticas em cozinha



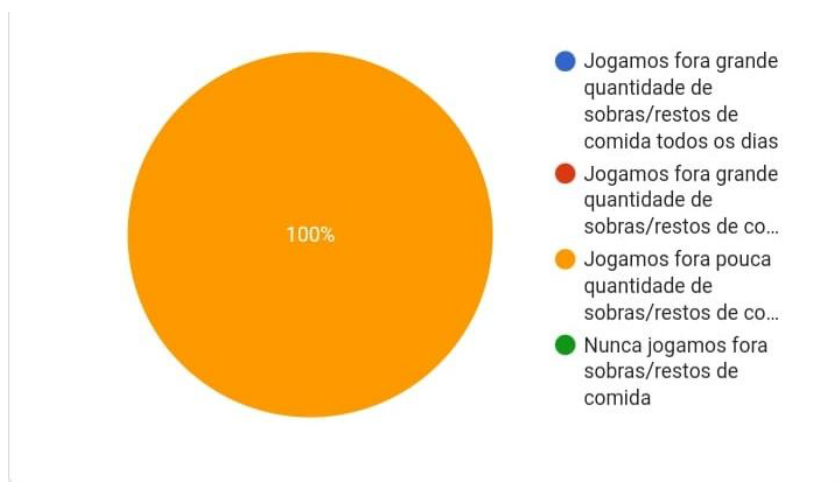
Foi perguntado se havia treinamento para os colaboradores que produzem a alimentação dos locais visitados e em ambas as instituições a resposta foi positiva, na primeira instituição visitada o treinamento era aplicado pela Nutricionista do local, já no segundo era a Nutricionista e alguns cursos avulsos que a dona do lar oferecia aos seus funcionários.

Segundo o art. 16.2º da Portaria 2619/2011 (Lei N° 227, de 06 de dezembro de 2011), redige: “O responsável técnico e o proprietário das empresas dispensadas de possuir responsável técnico legalmente habilitado ou pessoa por ele designada são responsáveis pelas seguintes atividades:

- I. Elaboração, implantação e implementação de programa de capacitação para funcionários; [...].”

Quanto a documentação em relação à capacitação dos funcionários nos Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), no art n°17.2: “[... A capacitação dos manipuladores deve ser descrita, sendo determinada a carga horária, o conteúdo programático e a frequência de sua realização; [...]”. Nossos dados se alinham 100% com a legislação mencionada, em que as instituições alegam receber treinamento e capacitação para os colaboradores de um responsável técnico e/ou nutricionista.

Desperdício alimentar por mês em ambas as instituições:

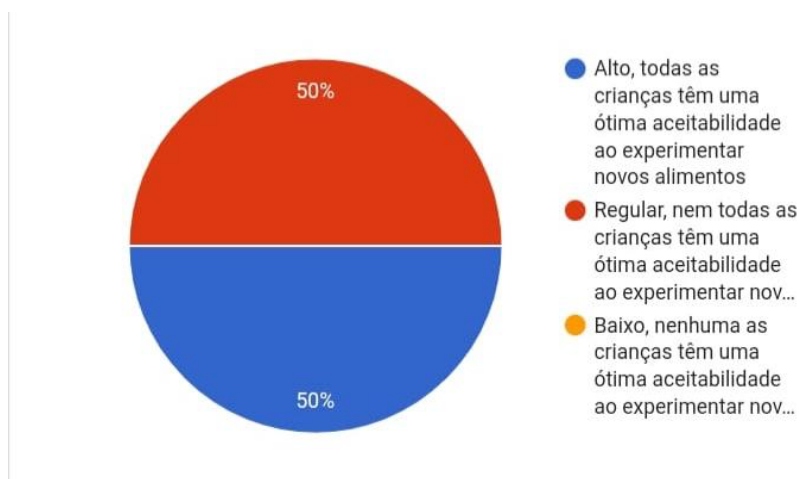


Nos foi apontado pelas responsáveis entrevistadas que o nível de desperdício dos alimentos era variado de acordo com a refeição do dia, mas que em geral o desperdício era baixo.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (2017), por ano, aproximadamente um terço dos alimentos produzidos em todo mundo não é consumido pela população, sendo perdido em todos os setores da cadeia alimentar, do campo à mesa, e em todas as fases da produção alimentar, desde a produção primária ao consumidor.

Na figura 3, por outro lado, observamos que o desperdício de comida é bem pouco, praticamente nulo, dependendo de cada refeição do dia. O gráfico mostra que, é pequena a quantidade de alimento jogado fora, resultando em um cenário bem positivo, e isso se dá a educação alimentar que é dada as crianças, fazendo com que as mesmas tenham uma aceitabilidade maior aos alimentos, reduzindo assim o desperdício.

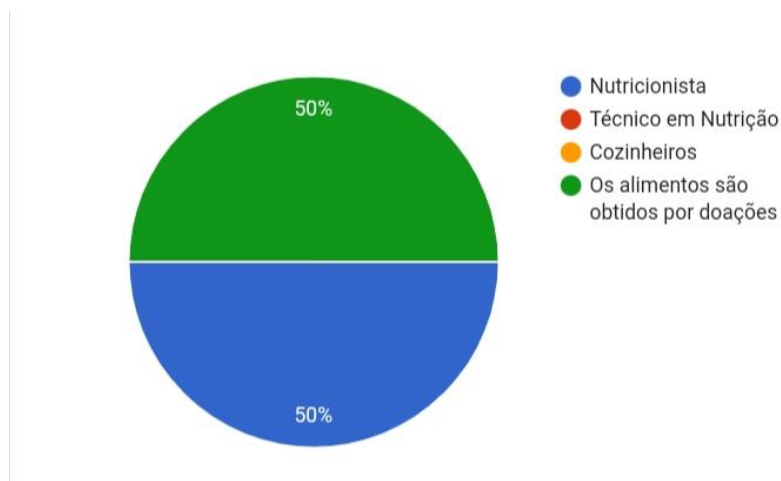
Nível de aceitação de novos alimentos pelas crianças:



Em uma das instituições foi apontado que a aceitação era alta pois as crianças eram anteriormente apresentadas aos alimentos, o que estimulava a aceitação das mesmas. Já na outra organização a aceitação era regular, nem todas as crianças aceitavam os alimentos oferecidos por criarem pré-conceitos em relação ao alimento oferecido.

A autora Holland (2004) identificou em seu artigo que a maioria das crianças apresentava uma grande aceitação aos alimentos, porém, demonstrava uma resistência a certas hortaliças. Comparando com o nosso gráfico, percebemos que metade tinha uma alta aceitabilidade com novos alimentos, por outro lado, a outra metade apresenta uma certa resistência aos novos alimentos.

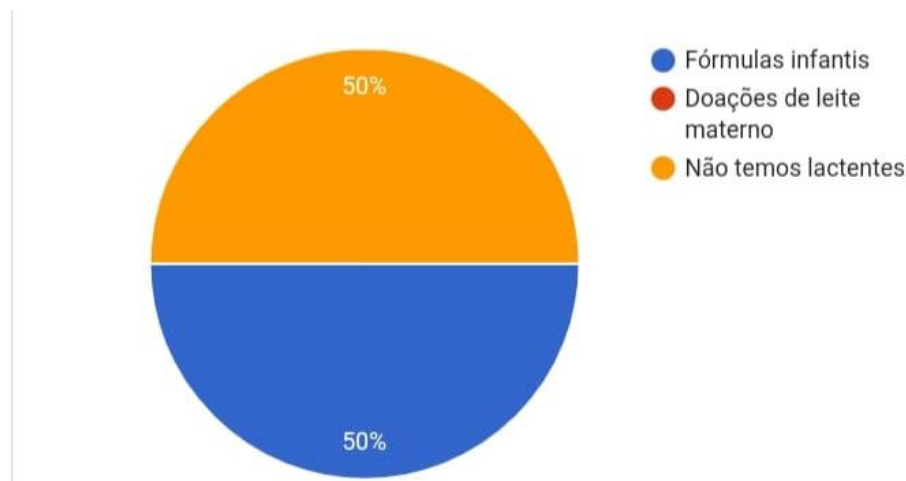
Responsáveis pelas compras de alimentos da instituição:



Em uma das entidades a responsável pela compra dos alimentos era a própria Nutricionista, enquanto na outra todos os alimentos chegavam mensalmente por doação do projeto Mesa Brasil.

Segundo a pesquisa da autora Holland (2004) em sua tese sobre os abrigos no Brasil a maior parte dos abrigos não tem subsídios nem convênios com a área governamental, necessitando de muita colaboração, como doações de alimentos. Comparando com nossa pesquisa é perceptível que uma das entidades também depende de doações.

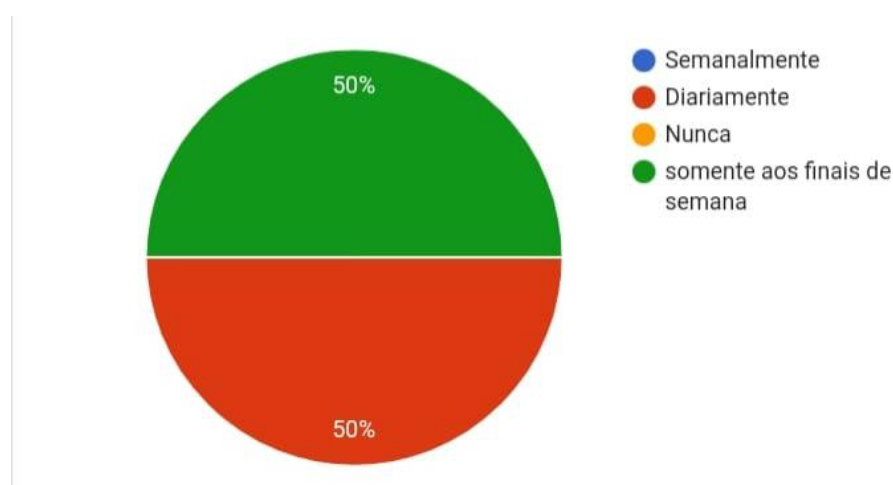
Método utilizado para alimentação de lactentes:



Uma das instituições não atendia lactentes, enquanto a outra utiliza de fórmulas infantis para alimentação das crianças nessas condições que lá habitavam.

De acordo com a pesquisa de Freiberg et al (2014) realizada com crianças de até 24 meses em instituições além do aleitamento, sendo ele materno ou por fórmula, a introdução de água, chás ou líquidos eram acrescentados na dieta cerca de 90 dias depois do nascimento da criança. Este dado se assemelha às nossas pesquisas, tendo em vista que no local que atende lactentes as crianças começam a consumir principalmente chás antes dos seis meses.

Oferta de doces às crianças:



No local que somente recebia as doações a oferta de doces era maior por chegar doces prontos ou os ingredientes para produzi-los, no entanto, para não estragar esses produtos eram oferecidos diariamente os doces. Já no local no qual as compras são

feitas a oferta de doces era menor, sendo somente aos finais de semana, nos foi dito que se tiver o doce no local e a criança tiver vontade de comer ela não passará vontade, mas que a preferência é o insumo somente no final de semana.

A grande problemática desta grande frequência de oferta dos doces segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2006) é que na fase pré-escolar, que também é o período de desenvolvimento dos hábitos alimentares, as crianças apresentam preferência pelo sabor doce e por alimentos hipercalóricos, diminuindo o consumo de vegetais e carnes e apresentam resistência em aceitar novos alimentos.

Já no lar onde as compras eram realizadas pela própria instituição, a oferta de doces era menor e preferencialmente só eram disponibilizados aos finais de semana, nos foi dito também durante a visita em campo que caso alguma criança tiver vontade de comer o doce ela não passará vontade, mas a preferência é o consumo apenas no final de semana.

Considerações finais:

Esta pesquisa teve como objetivo compreender os hábitos alimentares de crianças brasileiras institucionalizadas em lares adotivos, analisando sua rotina alimentar e as condições nas quais se encontram dentro das instituições, além de trazer visibilidade à essas entidades tão esquecidas perante a sociedade.

Em geral, nossos resultados foram positivos para maioria das questões apresentadas na coleta de dados, mostrando que as crianças possuem uma boa alimentação e uma boa aceitação de alimentos saudáveis, além de apontar também que as instituições estão preparadas para lidar com esse período tão importante da vida que é a introdução alimentar e o desenvolvimento de hábitos alimentares, ainda que não tenham nenhum vínculo governamental possuem sim uma fiscalização feita por nutricionistas.

O trabalho aqui elaborado obteve ótimos resultados, no entanto é necessário a continuidade do estudo para que essas instituições e crianças que nelas habitam tenham mais reconhecimento perante a sociedade, além de ajudar os responsáveis pela criação das mesmas a suprirem suas necessidades nutricionais de modo que venham a se tornar adultos saudáveis. Deve-se levar em consideração também que esta área não possui muitos estudos até o momento, no entanto, a informação para quem não vive a realidade desses lares é muito escassa, a continuação desse estudo traria grandes contribuições para a população em geral.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, M. S.; LINHARES, I. C.; BRUM, L. S.; COELHO, L.S.; MACHADO, M.S.; e PINTO, P. M. "O Impacto Da Má Alimentação Infantil à Longo Prazo Na Saúde Do Adulto". *Revista Eletrônica Acervo Científico* 39 (novembro 24, 2021): e9272. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/9272>>. Acesso em Setembro, 2022.

ANDRADE, A.M; O ECA e o direito a convivência familiar e comunitária em abrigos: um estudo de caso frente ao reordenamento institucional; **Monografia (bacharelado em serviço social) Universidade Federal de Brasília (UNB)**; Brasília; 2007; disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=o+eca+e+o+direito+a+conviv%C3%Aancia+familiar+Ang%C3%A9lica+Mariz&btnG=#d=gs_qabs&t=1668869066616&u=%23p%3Df4MqnVwS-38J>. Acesso em Novembro, 2022.

APARÍCIO, G. (2016). Ajudar a desenvolver hábitos alimentares saudáveis na infância. *Millenium – Journal of Education, Technologies, and Health*, (38), 283–298. Disponível em <<https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8263>>. Acesso em junho, 2022.

ARAÚJO, N. R.; FREITAS, F. M. N. de O. .; LOBO, R. H. . Formation of eating habits in early childhood: benefits of healthy eating . *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e238101522901, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.22901. Disponível em <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22901>>. Acesso em Setembro, 2022.

BAZON M.R, BIASOLI-ALVES ZMM. Todos juntos ao redor da mesa: uma avaliação da alimentação em abrigos. **Universidade de São Paulo**. São Paulo. v.1, núm.1, Julho 2004, pp 41. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/89/89131/tde-14122004-214916/pt-br.php>>. Acesso em novembro, 2022.

BEVILÁQUA, C. Direito das coisas. **História do Direito Brasileiro**. Brasília. vol. 1. ago, 2003. Disponível em <https://www.academia.edu/download/56460544/DIR._COISAS_VOL1-_BEVILAQUA.pdf>. Acesso em Abril, 2022.

BLEIL, S. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Caderno de Debate**. Rio de Janeiro. vol 5. 1998. Disponível em <<https://www.academia.edu/download/30924476/AVIdiscednu090804095840.pdf>>. Acesso em Abril, 2022.

BRASIL; **Constituição da República Federativa do Brasil**; Brasília; 1998; disponível em <"Constituição" https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em Novembro, 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Gabinete do Ministro**. Portaria nº2619, de 6 de Dezembro de 2011. Diário Oficial Cidade São Paulo, São Paulo, 06 dez. 2011. P.35. Disponível em <<chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.prefeitura.sp.gov.br>>

/cidade/secretarias/upload/chamadas/portaria_2619_1323696514.pdf>.
Acesso em Novembro, 2022.

BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome; Plano Nacional de Promoção, **Proteção e Defesa do Direito da criança e do Adolescente a convivência familiar comunitária**; 2006; disponível em <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/plano-nacional-de-promocao-protacao-e-defesa-do-direito-de-criancas-e-adolescentes-convivencia-familiar-e-comunitaria/>>.
Acesso em Novembro, 2022.

BRASIL; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Assessoria de comunicação Especial; **Estatuto da criança e do adolescente**; 1966; disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>.
Acesso em Novembro, 2022.

CAMPOS. C. F. A; MORAIS. S. E; SILVA. G.P; SILVA. K.P. Análise do desperdício de alimentos na escola estadual Norte goiano: fatores que auxiliam na redução dessa prática. **Brazilian Journal of development**. V.7 N.1. Pag 863 - 896. 2021. Disponível em <<https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/23599>>.
Acesso em novembro, 2022.

CYRUNILK, B. Resiliência e abrigos. **Academia Paulista de Psicologia**. São Paulo. v.29, n.1, Junho 2009, pp 75. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2009000100007>.
Acesso em novembro, 2022.

DIAS, T.O.L., NASCIMENTO, S.N. (2013); Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país. **Conselho Nacional do Ministério Público**. Resolução nº 71/2011. Disponível: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclcfindmkaj/https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Res_71_VOLUME_1_WEB_.PDF>.
Acesso: Novembro, 2022.

DIRECÇÃO GERAL DA SAÚDE, 2005. Divisão de saúde materna, infantil e dos adolescentes. **Saúde infantil e juvenil: programa tipo de actuação/ direcção geral da saúde** 2º edição, Lisboa: p. 48. Disponível em <<http://www.dgsaude.pt>>.
Acesso em Setembro, 2022

DUDLEY, E.D.W. (2003). Controvérsias atuais: Questões na adoção. **Greenhaven Press**.2003. Disponível em: <https://stringfixer.com/pt/Foster_care>.
Acesso em Outubro, 2022.

DUTRA, G.; MALAGOLI, L. (2019); “ A Construção de Um Hábito Alimentar Saudável Desde A Educação Infantil”. **Revista Gepesvida**. Disponível em: <<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida%20>>.
Acesso em Setembro, 2022.

FERRARI. A.C.; Influência familiar na alimentação infantil. **monografia (bacharelado em Nutrição) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Norte (UNIJUI)**; Ijuí – RS; 2012; disponível em <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/1255>>.
Acesso em Novembro, 2022.

FREIBERG, C. K., PHILIPPI, S. T., LEAL, G. V. da S., MARTINEZ, M. F., & da SILVA, M. E. W. (2014). Avaliação do consumo alimentar de crianças menores de dois anos institucionalizadas em creches no município de São Paulo. **Revista Da Associação Brasileira De Nutrição – RASBRAN**. v4 n1.17–21. Disponível em <<https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/122>>. Acesso em Abril, 2022.

HADFIELD, SC; PREECE, PM (2008). “Obesity in Looked After Children: Is Foster Care Protective From The Dangers Of Obesity?”, Versão em português: “Obesidade em crianças cuidadas: o orfanato protege contra os perigos da obesidade?”. **National Center For Biotechnology Information. Criança: Cuidado, Saúde e Desenvolvimento**. doi : 10.1111 / j.1365-2214.2008.00874.x . Disponível em:<<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18959567/>>. Acesso em Novembro, 2022.

HOLLAND, C. V. Todos juntos ao redor da mesa: uma avaliação da alimentação em abrigos. **Universidade de São Paulo**. São Paulo. v.1, núm.1, Julho 2004, pp 39. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/89/89131/tde-14122004-214916/pt-br.php>>. Acesso em Novembro, 2022.

LACAN, J. **Os complexos familiares na formação do indivíduo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=YtPBPVt9rNYC&oi=fnd&pg=PA5&dq=info:tfYS0V0pM9gJ:scholar.google.com/&ots=_LPzyh7jdo&sig=MP_i3X4hP7ruKK096nfVKeAPZEM#v=onepage&q&f=false>. Acesso em Junho, 2022.

LOPES, M.M.D.; LÍBERA, B.D.; “ Educação Nutricional e Práticas Alimentares Saudáveis na Infância”. **Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico (REINPEC)**; JUNHO, 2017. Rio de Janeiro. Doi: <http://dx.doi.org/10.20951/2446-6778/v3n1a15>. Disponível em:<<http://143.244.215.40/index.php/reinpec/article/view/150/463>> . Acesso em Setembro, 2022.

MAIA, J. M. D., & WILLIAMS, L. C. A. (2005); Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em Psicologia**,. V. 13 N. , pag 91-103. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2005000200002&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em Novembro, 2022.

MARIN, I. S. K. Resiliência e abrigos. **Academia Paulista de Psicologia**. São Paulo. v.29, n.1, Junho 2009, pp 78. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2009000100007>. Acesso em novembro, 2022.

MATOS, S.M.R., FERREIRA, J.C.S.F. (2021); Estresse e comportamento alimentar. **Research, Society and Development**, v.10, n. 7. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16726/14766>>. Acesso em: Novembro, 2022.

MAUX, A, A, B., DUTRA, E. A adoção no Brasil: algumas reflexões. (2010); **Monografia bacharelado em psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de

Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8959/6847>>. Acesso em Agosto, 2022.

PANUNCIO. M.; Infância vitimizada e vitimada: as implicações da violência para o desenvolvimento infantil e para educação. **Dissertação de mestrado, universidade Uberaba.** Uberaba, Minas Gerais. 2004. Disponível em:<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=inf%C3%A2ncia+vitimizada+e+vitimada+as+implica%C3%A7%C3%B5es+da+violencia&btnG=#d=gs_qabs&t=1668784343293&u=%23p%3DYyWdutXKaKgJ>. Acesso Julho, 2022.

REGO. C; SILVA. D; GUERRA. A. FONTOURA. M; MOTA. J.; MAIS. J.; FONSECA. H.; MATOS. M. Obesidade pediátrica: A doença que não teve direito a ser reconhecida. V. 1. **Simpósio português.** 2004. Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar?q=obesidade+pedi%C3%A1trica+a+doen%C3%A7a+que+ainda+n%C3%A3o+teve+direito+a+ser+reconhecida&hl=pt-PT&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&t=1668783783958&u=%23p%3DiPb7HLx7mBEJ>. Acesso em junho, 2022.

SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento de Nutrologia Manual de orientação: alimentação do lactente, alimentação do pré-escolar, alimentação do escolar, alimentação do adolescente, alimentação na escola / Sociedade Brasileira de Pediatria. **Departamento de Nutrologia.** -São Paulo: Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento de Nutrologia, 2006. Disponível em <<https://www.sbp.com.br/>>. Acesso em novembro, 2022

TEPEDINO, G.; A disciplina civil-constitucional das relações familiares. **Temas do direito civil.** V. 2. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. Disponível em <https://www.academia.edu/download/52048906/A_tutela_da_personalidade_no_ordenamento_civil-constitucional_brasileiro.pdf>. Acesso em Abril, 2022

WEBER, L. N. D. Laços de ternura. **Juruá editora.** Curitiba. pág 233. 1999. Disponível em <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:1999;000210783>>. Acesso em Setembro, 2022